

## PORTARIA Nº 316 DE 22 DE JULHO DE 1993

(Publicada no Diário Oficial de 23/07/1993)

Alterada pela Portaria nº 508/93.

**O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições, e

Considerando o disposto nos arts. 14 e 15 da Lei nº 4.825, de 27 de janeiro de 1989, com a redação dada pela Lei nº 6.447, de 22 de dezembro de 1992;

Considerando ainda as normas do art. 23, inciso II, do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.460, de 07 de junho de 1989, e as disposições das Portarias nº 225, de 28/05/93 e nº 270, de 22/06/93,

### RESOLVE

**Art. 1º** Os contribuintes que exerçam atividade de supermercado (código 61.30-7) ou de comércio atacadista em geral (código 60), em substituição aos prazos de pagamento antecipado do ICMS, previstos nas Portarias nº 225, de 28/05/93, e nº 270, de 22/06/93, poderão, em relação àqueles produtos, efetuar o recolhimento do imposto da operação subsequente até o 9º dia do mês seguinte ao da entrada dos mesmos, no respectivo estabelecimento.

**Nota:** A redação atual do "caput" do art. 1º foi dada pela Portaria nº 508, de 09/12/93, DOE de 10/12/93, efeitos a partir de 10/12/93.

**Redação original, efeitos até 09/12/93:**

*"Art. 1º Os contribuintes que exerçam atividade de supermercado (código 61.30-7), em substituição aos prazos de pagamento antecipado do ICMS, previstos nas Portarias nº 225, de 28/05/93 e nº 270, de 22/06/93, poderão, em relação àqueles produtos, efetuar o recolhimento do imposto da operação subsequente até o 9º dia do mês seguinte ao da entrada dos mesmos, no respectivo estabelecimento."*

§ 1º O contribuinte interessado em pagar o ICMS antecipado, na forma prevista no "caput" deste artigo, deverá requerer Regime Especial, conforme previsto no art. 434 do Regulamento do ICMS, fazendo referência a esta Portaria, devendo o texto do requerimento ser transcrito no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termo de Ocorrências.

§ 2º O pedido de Regime Especial poderá ser formulado pelo estabelecimento matriz da empresa, desde que sejam informados na petição quais os estabelecimentos filiais serão beneficiados, no caso de concessão.

§ 3º A aprovação de pedido implicará revogação de qualquer outro Regime Especial que estabeleça prazos especiais para o recolhimento do ICMS antecipado sobre as mercadorias abrangidas por esta Portaria.

**Art. 2º** Não se aplicam as disposições previstas no artigo anterior quando se

realizarem operações não sujeitas à antecipação do imposto, previstas no art. 20 do RICMS/BA.

**Art. 3º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA**, em 22 de julho de 1993.

**RODOLPHO TOURINHO NETO**  
Secretário da Fazenda